

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia

Social

Brasil

Gomes Reis Lopes, Leandro; Barros de Carvalho, Denis
JUVENTUDE ASSENTADA E A IDENTIDADE VINCULADA COM A TERRA
Psicologia & Sociedade, vol. 29, 2017, pp. 1-10
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309350113028>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

JUVENTUDE ASSENTADA E A IDENTIDADE VINCULADA COM A TERRA

*JUVENTUD ASENTADA Y LA IDENTIDAD VINCULADA A LA TIERRA
SETTLED YOUTH AND THE IDENTITY LINKED WITH THE LAND*

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29159034>

Leandro Gomes Reis Lopes e Denis Barros de Carvalho

Universidade Federal do Piauí, Teresina/PI, Brasil

RESUMO

Este estudo tem como foco analisar a construção da identidade vinculada à terra pela juventude de um assentamento rural organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Teresina, Piauí. O conceito de apropriação do espaço da Psicologia Ambiental, em estreita articulação com a Psicologia Social de base histórico-cultural, foi o referencial analítico para compreender esse processo. As informações foram obtidas por meio de grupo focal com o Coletivo de Jovens, já existente no assentamento. As entrevistas foram gravadas e transcritas e realizada Análise de Conteúdo Temática, por meio da qual se obteve como categorias as identidades: homogênea, enriquecida, de luta e de contraste. Apesar das diferenças existentes, elas têm em comum a inserção numa história do homem do campo e do assentamento, como as atividades exercidas pelos sujeitos no espaço em que vivem.

Palavras-chave: identidade; juventude assentada; assentamento rural; apropriação de espaço.

RESUMEN

Este estudio se centra en el análisis de la construcción de la identidad vinculada a la tierra por la juventud a partir de un asentamiento rural organizado por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en Teresina, Piauí. El concepto de apropiación del espacio de la psicología ambiental, en estrecha relación con la psicología social de base histórica y cultural, fue el marco analítico para la comprensión de este proceso. La información se obtuvo a través de grupos focales con el Colectivo de Jóvenes existente en el asentamiento. Las entrevistas fueron grabadas y transcritas y se realizó un análisis cualitativo a través del cual se obtuvo como categorías las identidades: homogénea, enriquecida, de lucha y contraste. A pesar de las diferencias, comparten una inserción en la historia del hombre rural y del asentamiento, así como las actividades llevadas a cabo por los sujetos en el espacio en el que viven.

Palabras clave: identidad; juventud asentada; asentamiento rural; apropiación del espacio.

ABSTRACT

This study focuses on the analysis of the construction of identity linked to land by youth from a rural settlement organized by Movement of Landless Rural Workers (MST) in Teresina, Piauí. The concept of space appropriation from Environmental Psychology, in close cooperation with the Social Psychology of historical-cultural base, was the analytical framework for understanding this process. The data were collected through a focus group with the Collective of Young, existing in the settlement. The interviews were recorded and transcribed for qualitative analysis by means of which were obtained as categories the following identities: homogeneous, enriched, struggle and contrast. Despite of differences existing, the identity has as convergence the insertion in a history of the man in the rural settlement as well as the activities carried out by the subjects in the space in which they live.

Keywords: identity; seated youth; rural settlement; space appropriation.

Introdução

A apropriação do espaço é um conceito criado na interseção entre Psicologia Ambiental e Psicologia Social, que relaciona a produção de significados e sentidos pelos sujeitos a partir de suas atividades num determinado espaço, possibilitando compreender a geração de afetos e vínculos com os lugares. Além disso, nesse processo, os sujeitos atribuem às qualidades do entorno características definidoras de sua própria identidade, passando a se sentir implicados com os espaços, tanto físico como social, de um determinado lugar (Pol & Vidal, 2005).

Dentre diversas formas de apropriação do espaço, podem-se destacar os assentamentos rurais, compreendidos enquanto ações realizadas pelo Estado para o enfrentamento da questão fundiária, numa alternativa ao modelo excludente de acesso à terra, na qual os sujeitos envolvidos (re)constroem suas vidas no campo. Para Fernandes (2003), o assentamento é uma forma de territorialização das lutas pela terra articulada pelos movimentos sindicais e sociais, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra- MST.

Ainda nessa discussão, Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004) afirmam que os assentamentos podem ser entendidos como uma estratégia de inserção social de grupos marginalizados. A desapropriação de latifúndios que não cumprem com a função social possibilita o acesso à terra para sujeitos e grupos em vulnerabilidade e risco sociais, garantindo condição para a sua subsistência ou para geração de renda, quando estabilizados. Nesse sentido, ressaltam ainda que, mesmo considerando a precariedade de alguns assentamentos, existe a perspectiva de melhoria da qualidade de vida dos assentados quando comparada com a situação anterior.

Por outro lado, as questões relativas ao campo, durante muito tempo, não foram devidamente tratadas ou foram até mesmo ignoradas pelos psicólogos. Albuquerque (2002) alerta que a psicologia tem se voltado, preferencialmente, para estudar os fenômenos psicosociais urbanos, embora 75% das cidades brasileiras tenham características predominantemente rurais, quando levadas em consideração suas principais atividades econômicas.

A psicologia, ao reconhecer o ambiente urbano como principal espaço de preocupações teóricas e práticas, se aproxima dos sujeitos urbanos, se afastando daqueles que habitam o rural. Assim, a natureza e o campo eram considerados como espaços para serem transformados, e não habitados

e vivenciados. Para Lopes (2007), a aproximação da Psicologia com a questão da terra está relacionada com o questionamento e incitação de movimentos sociais e políticos do campo, como também a partir da diversificação e ampliação de novos campos para a Psicologia, como a comunitária e a ambiental, que possibilitaram novas ações e reflexões dentro de uma esfera pública de discussões com vários atores.

No Brasil, foram realizadas pesquisas por psicólogos que em sua história de vida tiveram alguma relação com o meio rural. Trata-se, contudo, de trabalhos dispersos tanto no tempo como no espaço nacional. No entanto, a partir de 2006 nota-se um reconhecimento social pela categoria de psicólogos para a questão de terra por meio da deliberação no Congresso Nacional de Psicologia, criação de eventos e lançamentos de publicação organizados pelo conselho da categoria (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2013).

Este estudo envereda pelas lacunas teóricas da área, compreendendo a construção da identidade, pelo conceito de apropriação do espaço, da juventude rural de um assentamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST), localizado em Teresina - PI¹, que tem na luta pela terra uma característica de sua identidade. Sua história inicia-se em 2002 com a mobilização, chegando-se a 750 famílias, no seu auge. Essa luta resultou em cinco assentamentos em áreas próximas. A imissão de posse foi expedida em 2006 para assentar 64 famílias, envolvendo 169 moradores, com 36% deles possuindo entre 10 e 29 anos. Consta que na produção existe predomínio da avicultura em lotes individuais e do cultivo da roça e horta principalmente para o autossustento.

Como estratégia de produção da informação, foram realizados grupos focais com o Coletivo de Jovens existente no assentamento, o qual teve papel marcante na discussão e no levantamento das informações, inclusive na mobilização para a realização dos três encontros utilizados, pois estenderam o convite aos demais jovens, após o primeiro contato com o grupo no assentamento. Os encontros ocorreram aos finais de semana, em decorrência do calendário escolar, num período de 45 dias ao todo e um intervalo de um mês do segundo para o último. Em cada um deles, as temáticas foram diferentes, tendo como eixo norteador de cada uma as dimensões da categoria ação-transformação do conceito de apropriação do espaço segundo Pol e Vidal (2005). Portanto, em cada um deles, houve os seguintes eixos: (a) cotidiano da juventude assentada desenvolvido no lugar (Grupo Focal 1 ou GF1); (b) protagonismo juvenil e as atividades orientadas para o lugar (GF2); (c) projetos de vida de futuro (GF3).

A média de presença dos jovens nos grupos foi de 11 pessoas, havendo rotatividade entre eles, pois nem sempre eram as mesmas pessoas. A média de idade foi de 15,8 anos. Embora a grande maioria deles tivesse entre 12 e 14 anos, pois o Coletivo de Jovens ampliou a idade mínima para 12 anos, havia jovens acima de 25 anos, que elevaram a média do grupo. Os jovens com menor idade eram denominados pelo próprio grupo de “jovens mais jovens”, enquanto os outros eram simplesmente jovens. Não havia os “jovens mais velhos”. No entanto, observou-se que de uma maneira geral a fala se concentrava nas pessoas com mais experiência no MST e no assentamento, cujos discursos eram mais densos e elaborados com forte presença do cotidiano, em contraposição às falas pontuais dos mais jovens.

É interessante destacar que no momento em que foi abordada a questão da confidencialidade dos dados, destacando-se a possibilidade dos jovens adotarem pseudônimo como forma de garantir o anonimato das falas, eles foram unâmines em autorizar o uso dos seus próprios nomes, no momento da produção de qualquer material acadêmico. Dessa forma, foi respeitado o assentimento livre e esclarecido, protagonismo juvenil e autonomia do grupo. Esses dados são importantes para reflexão acerca da ética e processos metodológicos em pesquisas, uma vez que os próprios sujeitos pesquisados reivindicaram a autoria de seus discursos, colocando um questionamento sobre a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que prevê o anonimato dos participantes. Além disso, ressalta-se que a pesquisa teve a anuência dos vários sujeitos de todo o assentamento, incluindo os pais dos jovens.

Todas as informações colhidas foram gravadas e transcritas de modo a captar a oralidade dos discursos dos sujeitos. Com o objetivo de manter a coerência entre os pressupostos teóricos e metodológicos e o modo mais adequado para analisar os conteúdos encontrados nas entrevistas, foi elaborado um plano geral de análise e tratamento dos dados. Dessa forma, para analisar as informações obtidas foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 1991).

Problematizando a juventude rural

Durante muito tempo, o tema juventude rural não se configurava como campo de estudos ou de atenção de políticas públicas específicas. De acordo com Castro (2009), existem poucos estudos envolvendo essa temática por se tratar de um grupo minoritário da população jovem do Brasil, representando aproximadamente 4,5%, que em números absolutos

correspondem a aproximadamente oito milhões de pessoas. Nesse contexto, a autora afirma que os jovens rurais são invisibilizados, enquanto categoria, pelo fato do suposto desinteresse pelo meio rural, fato que repercute na formação de sua identidade social, inclusive.

Jurado e Tobasura (2012) ressaltam que a discussão sobre a invisibilidade da juventude rural, que se reverbera no âmbito das políticas públicas, está baseada na visão eminentemente urbana que se tem sobre ela. Nessa perspectiva, acreditam os autores que a juventude rural deve ser compreendida como uma categoria construída sócio-históricamente, cujas características variam de acordo com a cidade em que vivem, levando em conta também as transformações que têm ocorrido na sociedade rural.

Os estudos sobre juventude rural foram tomando corpo a partir da década de 1990, abordando, principalmente, o problema relativo ao êxodo rural e a questão da herança e sucessão da pequena propriedade familiar. Castro, Martins, Almeida, Rodrigues e Carvalho (2009), ao realizarem levantamento da produção bibliográfica sobre o tema da juventude rural brasileira no começo deste século, perceberam certa associação da juventude com a migração ou invisibilidade. Em geral, os estudos apontaram para uma visão substancializada acerca da juventude, desconsiderando a forma em que os jovens são situados na família e na sociedade, ignorando o lugar que eles ocupam nos espaços sociais por onde transitam.

Aprofundando a discussão, Furlani e Bonfim (2010) ressaltam que muitas pesquisas sobre a juventude rural, baseadas em postulados positivistas, têm gerado uma compreensão naturalizante de fenômenos sociais e humanos, levando à ideologização. Alguns deles, por exemplo, concebem a juventude como uma fase em transição, com início na infância indo até a fase adulta, sendo os jovens retratados como imaturos. Apesar de considerados como sujeitos inexperientes pelos estudos realizados, Castro (2009) afirma que eles também podem ser compreendidos como agentes de transformação social, apontando para certa ambiguidade.

Não existe, também, consenso acerca da faixa etária na qual pode ser compreendida a juventude, em especial a rural. Ao mesmo tempo em que as organizações internacionais situam os jovens como pessoas que têm entre 14 e 29 anos, os sindicatos de trabalhadores rurais estendem até a idade de 32 anos (Castro et al., 2009), enquanto para o IBGE é a população compreendida entre 15 e 25 anos. O MST, a partir de 2002, passou a considerar a categoria juventude, abrangendo a faixa entre 12 e 21

anos. No entanto, existem várias concepções dentro do Movimento, uma vez que esse conceito não é homogêneo. Para uns, o jovem pode ser aquele que se percebe e se manifesta como tal, podendo estar compreendido entre 12 e 40 anos. Para outros, a partir de sua condição de estudante ou ainda aquele que tenha espírito de jovem, independentemente da idade (Firmiano, 2009).

Essa mudança na concepção acerca da juventude rural pelo MST repercutiu na vida e na organização do Coletivo de Jovens que atua no assentamento estudado. Os que foram para o acampamento ainda bebês, cujas recordações dessa época não são tão intensas, são chamados de “jovens mais jovens”. Aqueles que têm uma ligação com o assentamento fortalecida pela história de luta pela terra que tiveram que travar e com o próprio MST possuem formas distintas de vivenciar o assentamento e são denominados apenas de “jovens”.

Nesse sentido, é importante ressaltar uma problematização que emergiu no Grupo Focal 2, em que, durante a organização de um evento de lazer num clube com o objetivo de descontração e diversão, surgiu o questionamento sobre quem assumiria a responsabilidade daqueles mais novos durante o passeio. Assim, o fator idade constituiu-se em barreira na discussão sobre autonomia e protagonismo realizada pelo próprio grupo, o que dificilmente ocorreria se não tivessem reduzido a idade para inclusão no Coletivo de Jovens.

A importância da juventude rural, de acordo com Silvestro, Abramovay, Mello, Dorigson e Baldissara (2001), está relacionada com o fato de ser considerada uma categoria-chave para a reprodução social do campo e da produção familiar em particular. É comum se afirmar que o problema da reprodução da pequena produção familiar está relacionado com o fato da migração dos jovens para a cidade, seja em decorrência da desvalorização do trabalho agrícola ou pela atração que a cidade com seus estilos de vida exerce sobre eles.

Essa questão intensifica-se com a reversão do êxodo rural pela Reforma Agrária, cuja eficácia dos projetos é temida pela suposta migração dos jovens. Por outro lado, a saída dos jovens é considerada também como uma estratégia de manutenção do próprio lote, cuja renda obtida enquanto trabalhador assalariado garante, inclusive, estabilidade diante das incertezas da produção rural. Nesse contexto, Castro (2005) denominou esse dilema de paradoxo do “ficar” e “sair”, pois ao mesmo tempo em que a saída dos jovens é tida como problema, em outros momentos é considerada essencial para a reprodução social da agricultura familiar.

Por outro lado, a Reforma Agrária, juntamente com as melhorias das condições econômicas nas atividades rurais, ou pela maior precarização da vida urbana, vem promovendo uma tendência de reversão do êxodo rural, sendo considerada uma aposta na equação dos problemas da reprodução da agricultura familiar. Nessa perspectiva, novas sociabilidades e discursos vão surgindo para além da associação entre juventude rural e migração (Oliveira & Prado, 2013)

Castro (2005) ressalta a particularidade da juventude assentada ao afirmar que essa juventude tem a pretensão de assumir o lote, considerando a valorização da conquista da terra, independentemente de uma anterior história de vida no meio rural e também devido à luta e aos esforços que despenderam. A identidade dos jovens assentados com a terra está mais relacionada com sua conquista e como espaço produtivo do que como patrimônio material em si. Assim, a forma de inserção na terra conforma sua identidade para com ela. Em outra pesquisa, Castro et al. (2009) destacam que, apesar dos problemas enfrentados pelos jovens diante de acesso à escola e ao trabalho, apontados em diversas situações, existe um movimento de organização da juventude dentro dos próprios movimentos sociais rurais, tendo como bandeira de luta a permanência na terra.

A juventude rural tem surgido como um ator político no interior dos movimentos sociais rurais, cujo efeito é a reconfiguração de suas identidades e novas relações com a terra. Atualmente, para além da imagem de jovem rural isolado, os jovens se afirmam como pessoas que lutam por terra e por seus direitos em diálogo com outros e com o mundo. A juventude rural como categoria política representa o desdobramento de várias disputas e articulações coletivas, as quais são visualizadas nos diversos processos organizativos ou na realização de eventos voltados especificamente para essa temática (Castro, 2009).

No assentamento pesquisado, os jovens se organizaram em torno de um Coletivo por meio do qual realizam diversas atividades, especialmente aquelas voltadas para o lazer e a socialização, de forma que são reconhecidos como “promotores de festa” do assentamento. Embora eles tenham demonstrado satisfação com essa atividade, ao sentirem que o restante do assentamento deposita confiança neles para realizar o calendário festivo da comunidade, foi ressaltado que dessa forma a coordenação do assentamento ficaria disponível para viabilizar políticas públicas dentro do assentamento, tidas como mais “necessárias”. No entanto, existe a abertura para discussão política com o objetivo de conscientização sobre a realidade, tendo

aproximação inclusive com militantes do MST, com a visão do resgate da história da Reforma Agrária sob a ótica dos trabalhadores.

Apropriação do espaço

O conceito de apropriação do espaço é compreendido a partir da articulação entre psicologia social e ambiental, por meio dos vínculos construídos entre as pessoas e os espaços, entendidos como construções sociais. Dessa forma, pode ser compreendido como uma análise psicossocial que relaciona as experiências e atividades concretas com os significados, sentidos e sentimentos desenvolvidos no espaço, capazes de produzir identidades e vínculos para com os lugares (Pol & Vidal, 2005; Vidal, Pol, Guàrdia, & Peró, 2004).

Tal conceito tem como base a psicologia soviética, que comprehende a apropriação como um mecanismo de desenvolvimento humano no qual a pessoa, ao se “apropriar” da experiência generalizada do humano, constrói significados (Pol & Vidal, 2005). Aprofundando a discussão, Cavalcante e Elias (2011) afirmam que no processo de apropriação exercemos um domínio sobre objetos e espaços, muito embora não tenhamos necessariamente a posse ou propriedade legal deles. Para as autoras, a apropriação do espaço é um processo psicossocial no qual o sujeito transforma o seu entorno num prolongamento de sua pessoa, criando referências, por meio das quais se orienta e preserva a própria identidade.

A apropriação do espaço, por sua vez, é um modelo dual, articulando duas vias principais: ação-transformação e identificação simbólica, de forma que ambas produzem processos afetivos, cognitivos e interativos. A ação transforma o espaço ao mesmo tempo em que o carrega de simbolismo. Já na identificação simbólica há um reconhecimento das qualidades do entorno como definidores de sua identidade, sendo fator importante para estabilidade do self e da coesão, identidade do grupo e sentimento de pertença. As ações desenvolvidas no ambiente dotam o espaço de significação simbólica (Pol & Vidal, 2005)

Aliás, os lugares que o sujeito vivencia são importantes na construção da identidade, naquilo que a Psicologia Ambiental denomina de identidade de lugar. Para Mourão e Cavalcante (2011), a construção da identidade articula aspectos temporais vinculados à história de vida do sujeito ou do grupo, como também aspectos espaciais, pois os sujeitos ou grupos sempre estão localizados em determinados

espaços sociofísicos. Assim, a construção dessa identidade é importante para a estrutura psicológica do sujeito, sua autoestima, segurança e satisfação de suas necessidades. Além disso, possibilita a formação de sentimento de pertencimento e enraizamento no espaço, ressaltando a necessidade de um lugar para expressão de sua subjetividade.

Existe uma particularidade na forma como atribuímos significados ao nosso entorno e como nos relacionamos, cujos vínculos, afetos e significados são construídos na relação entre as experiências cotidianas e as noções sobre o lugar. O espaço apropriado, nessa perspectiva, não é somente fator de coesão e de identidade de grupos, mas favorece comportamentos respeitosos com o lugar, decorrente da implicação e participação sobre ele (Vidal et al., 2004).

A apropriação do espaço de assentamento por pessoas que lutaram por um pedaço de terra, tendo em perspectiva a reprodução social do campesinato ou de reconstrução de projetos de vida, é um processo complexo e multifacetado, que se inicia antes mesmo da imissão de posse pelo órgão responsável, quando das mobilizações para o acampamento. Stedile e Fernandes (2012) ressaltam que o que realmente impulsiona a luta nesses casos não é a conquista de qualquer pedaço de terra, mas aquela na qual há uma identificação, seja ela do ponto de vista biográfico, social ou ecológico, naquilo que ele denomina de “vocação da terra”. Lutam, portanto, pela reprodução de sua própria identidade vinculada à terra.

A própria resistência durante o período do acampamento induz novas formas de apropriação, produzindo lugares no espaço de poder, fluxo e trânsito. As barracas levantadas na beira de estrada, por exemplo, induzem atividades agrícolas de ciclo rápido, fortalecem o vínculo e a organização das pessoas, ao mesmo tempo em que pressionam o Estado para tomar alguma providência (Leite & Dimenstein, 2006). Sales (2006) afirma que uma das primeiras preocupações dos assentados é plantar, enfatizando que são mobilizados não somente pela garantia da sobrevivência, mas para minimizar os estigmas de serem considerados como invasores.

Para Silva (2005), os assentados costumam manter objetos de pouco valor mercantil, mas de alto valor simbólico na época do assentamento, enquanto estratégia de pertencimento a um lugar e conformação do espaço a partir de sua história pessoal e social. Em muitos casos, a barraca de lona preta construída durante o acampamento é mantida no assentamento, fazendo referência à história de luta e tida como símbolo de um processo de enraizamento.

O espaço do assentamento representa a possibilidade de construção de identidade que dá uma visibilidade ao sujeito, alterando sua relação com os outros e com a sociedade, seja pelo seu reconhecimento como cidadão de direito ou reconhecimento como igual por seu semelhante, ampliando a possibilidade de construção da solidariedade. O impacto dos assentamentos ao redor pode promover mudanças sobre as representações dos sem-terra, por exemplo, uma vez que são vistos como produtores e consumidores, e não mais com a identidade de baderneiros (Sauer, 2005).

Identidade vinculada à terra

O processo de identificação é configurado a partir das ações ou as atividades dos sujeitos dentro de um determinado contexto, num processo dialético, de forma que não é possível dissociar o estudo de identidade do indivíduo com a sociedade na qual se encontra inserido. Pelo contrário, as diferentes configurações da identidade estão relacionadas com as diversas configurações da ordem social. Assim, a identidade não é algo estático, estando sempre articulada com várias dimensões, num movimento de metamorfose (Ciampa, 2004). Trata-se, portanto, de um processo relacional.

A identificação simbólica dentro da perspectiva da apropriação do espaço ocorre a partir da interação da pessoa com o ambiente, carregando o espaço de significados, de forma que o lugar passa a constituir-se em elemento representativo da identidade social e individual. Na identificação com o lugar, o sujeito sente-se como pertencente a ele, ou, dito de outra forma, como se o lugar fizesse parte dele, de forma que sente satisfação por viver nele. O significado do entorno promove, dessa forma, um sentido de continuidade e de diferenciação identitária, construído a partir de três processos: identificar o entorno, ser identificado por ele e identificar-se com o entorno (Pol & Vidal, 2005; Vidal et al., 2004).

No estudo sobre os conteúdos da identidade associada ao lugar realizado por Duarte e Lima (2005, p. 6), é ressaltado que muito do que somos depende do fato de sermos de um lugar e da relação estabelecida nele, podendo “existir concepções diferentes da localidade, construídas a partir da valorização de diferentes características e qualidades do lugar, que determinam de forma diferente as atitudes e opções comportamentais dos residentes”.

O espaço é um fator importante para a produção da identidade do campesinato, uma vez que a terra é necessária para sua reprodução social. Em estudo

realizado em um assentamento rural, Barbanti (2006) afirma que o próprio fato da aproximação com o movimento social, que tem na conquista da terra por meio da Reforma Agrária uma bandeira de luta, repercute de alguma forma na identidade dos sujeitos envolvidos. Os condicionantes socioculturais, simbólicos e os subjetivos influenciam na luta, ocupação e uso da terra, lançando a hipótese central de que é a busca por “um lugar” que conforma as identidades de assentados, num resgate de referências e valores culturais.

A luta pela terra pode representar, além da busca de autonomia política e econômica, um desejo de pertencimento e enraizamento. Assim, a terra não adquire somente um significado econômico, é também tida como um espaço existencial (Alvaides & Scopinho, 2013). De acordo com Falkembach (2006), a terra não representa apenas a conquista de um lugar social, em que as referências simbólicas são resgatadas, mas possibilita o pertencimento a ela. O elemento mais forte de identificação dos trabalhadores rurais é a terra, pois é nela que se produz, trabalha, vive e morre. Será a partir desse pertencimento que os indivíduos se enraízam, construindo sua identidade.

Aprofundando a discussão, Sauer (2005) afirma que a terra pode ser considerada como importante mediador na construção da identidade social dos assentados, pois representa a possibilidade de trabalho numa sociedade com alto índice de desemprego e subemprego e, ao mesmo tempo, possibilita produzir para o sustento familiar, sem a intermediação de patrão. O local de pertencimento, simbolizando um lugar de identidade existencial, promove outros sentidos para a vida, como também novas organizações sociais e políticas, para além da história de deslocamentos dos sujeitos, devido à expropriação e exploração constante.

Na pesquisa realizada com o Coletivo de Jovens do assentamento estudado, pode-se apontar que o espaço é um elemento importante para a construção de suas identidades. Por meio da análise de conteúdo das entrevistas realizadas foram elencados quatro tipos de identidades: (a) homogênea; (b) enriquecida; (c) de luta; (d) de contraste. É relevante ressaltar que as identidades não são estanques e exclusivas, podendo um sujeito se enquadrar em mais de uma delas, tanto num mesmo momento como ao longo de sua vida. Aliás, era comum na fala de uma mesma pessoa que elas transitasse livremente.

A Identidade Homogênea é aquela vivenciada e generalizada entre os moradores do meio rural, independentemente de sua inserção na terra, modos de produção e de vida. Faz parte de uma representação social disseminada na sociedade brasileira, quando

pensada no rural tradicional, salientando-se as atividades agrícolas desenvolvidas nesses espaços. São mencionadas imagens como a plantação de roças e criação de animais, carregadas de valor simbólico e exercidas pelas diversas gerações no campo, sendo fator de socialização, inclusive.

Para este estudo, as identidades homogêneas foram tidas como genéricas, pois não ressaltam a especificidade do assentamento rural, sendo representadas por um discurso que vale para todas as comunidades rurais, por assim dizer. Sem entrar na discussão do caráter ideológico que esse tipo de representação identitária veicula, podemos dizer que se fez presente nos discursos dos próprios jovens assentados, sem ressalva de que o rural está dissociado do agrário. Quando indagados sobre a identidade do jovem assentado, foi caracterizada como um elemento importante, como pode ser compreendido na fala a seguir:

Também no assentamento traz também projeto né, as galinhas aqui também. Os cercados para a gente criar também outros sem ser as galinhas que são pequenas mais também de grande porte. Podem criar bovinos, podem criar caprinos, ovinos nós podemos criar também. (Aline, 15 anos, GF1)

Trata-se de representações hegemônicas do rural estreitamente associadas com as atividades agrárias, disseminadas na sociedade como um todo. É interessante observar como elas são incorporadas pelos próprios representados, apesar das mudanças que têm ocorrido no meio rural, promovidas pela entrada de pequenas indústrias, comércios e serviços.

A Identidade Enriquecida, compreendida nesta pesquisa, ressalta uma particularidade diante do fato dos jovens serem assentados com o apoio de um movimento social, que reforça tal identidade, a partir de estímulos e de certas práticas. Contudo, isso não implica que essa identidade não possa ocorrer em outras comunidades rurais, sem essas características. Um ponto importante é que a identidade enriquecida aponta para o campo de oportunidades, proporcionado pelos projetos produtivos e pela educação rural, a partir do assentamento em que os jovens vivem. É comum que os filhos de assentados possuam nível educacional maior do que o de seus pais. Além disso, a possibilidade de reivindicar políticas públicas específicas para o contexto de Reforma Agrária e as articulações realizadas pelo MST fazem com que os jovens queiram se capacitar para desenvolverem o próprio meio em que vivem, e não como uma oportunidade para saírem do assentamento. As Escolas Famílias Agrícolas em que eles estudam, bem como os projetos e os cursos realizados, conseguidos por

meio da mobilização do assentamento, reforçam essa identidade e o vínculo com a terra, pois aprendem para aplicar no seu próprio espaço de vida. A fala de uma jovem ilustra bem a noção:

Só não aproveita aquele que não quer. E que aí até também desse fato assim de ser jovem de assentamento. Até, há uns tempos atrás a gente sofreu muito com essa coisa do jovem...ehhh...chegar da cidade jovem querer trabalhar, querer alguma oportunidade e não conseguir achar ela dentro do assentamento e sair... ir para as grandes cidades, pros grandes centros. Só que aí, hoje já, eu acho que devido as Escolas Famílias que trabalham muito dentro do nosso assentamento... isso ajuda bastante, porquê hoje eu acredito que a gente já tem outra realidade, em vez dele ter aquele realidade: "Ahhh... eu vou, Eu vou estudar, aí eu vou me formar, e vou me embora, vou morar em outro local". Não, eu acho que, eu já acredito que já tem aquela mentalidade: Não, eu vou me formar e vou trabalhar no campo, vou trabalhar com aquilo que me formei e continuar no assentamento. Porque hoje em dia... eh, jovens que, que ficam jovens, casam e não saem, ficam morando no assentamento, entendeu? Eu acho que isso é bom... né? (Karla, 18 anos GF2)

A Escola Família Agrícola, aliás, teve papel importante nesse processo, tal como foi apontado por eles durante o grupo focal. Os sujeitos mais velhos do coletivo relataram que antes os “jovens mais jovens”, além de não terem muito interesse nas atividades cotidianas do assentamento, tinham planos de vida voltados para o espaço urbano, afirmando, por exemplo, que “é porque eles são novos ainda, então, podem ter o pensamento de ir à cidade, ter mais lugar pra andar, ter mais pessoas pra se comunicar” (Ana Cleide, 26 anos, GF3).

Contudo, ressaltaram que a inclusão deles numa educação contextualizada com o modo de vida rural produziu maior implicação com o lugar em que vivem. Assim, aqueles que relataram o desejo de não permanecerem no próprio assentamento manifestaram pelo menos o desejo de desenvolver atividades voltadas para o meio rural, ressaltando a identidade para com esse espaço, como ressalta uma “jovem mais jovem” quando afirma que “Então de um jeito ou de outro eu iria ajudar, mas acho que aqui no campo mesmo. Vejo o meu futuro como técnico em zootecnia, ajudando os outros jovens” (Érica, 15 anos, GF3).

A Identidade de Luta, por sua vez, está relacionada com a história do grupo de inserção na terra. Até mesmo aqueles que vieram para o acampamento enquanto crianças se percebem como lutadores, pois passaram pelas mesmas dificuldades e sofrimentos do período. Foi por meio das lutas que conseguiram um pedaço

de terra e hoje possuem casa própria e um espaço destinado para buscarem e garantirem a sobrevivência, a partir de um trabalho próprio.

No entanto, embora esse processo tenha ocorrido dentro da legalidade de um Estado de Direito, eles pontuaram diversos preconceitos que vivenciam. Relataram que são tidos como “mal-educados” ou baderneiros na acusação de terem violado o direito da propriedade privada, por parte daqueles que acreditam que o acesso à terra deve ocorrer pelo mercado. Mesmo fazendo parte de uma política pública de democratização de acesso à terra, sofrem com as representações sociais negativas, pela estrita vinculação com o MST. Aliás, alguns deles ressaltaram que tinham essa imagem antes de se aproximarem do Movimento. Assim, essa identidade perante seus pares, por um lado, reforça o sentimento de coragem e de bravura; em contraposição, quando estão em convivência com outras pessoas, são alvos de preconceito e discriminação. Os trechos a seguir exemplificam um pouco essa situação:

Quando a gente faz manifestação, que esses povos que tão na casa: Ave maria, esse povo parecem uns ‘dois’ doidos, que brigam por terra, eles têm que lutar. O povo lutou pela aquela terra, o dono da terra. Então, eles têm que caçar um meio de comprar um terreno, entendeu? Essa é também, uma discriminação que eles têm, quando eles ver essas manifestações do movimento. Eu acho que eles pensam assim, que a gente consegue tudo fácil. Se eles soubesse o sofrimento que a gente leva de um lugar pro outro, até se mudar. (Saionara, 15 anos, GF2)

Pesquisador – que é que vocês fazem para eles acharem que vocês são corajosos?

João Pedro – porque nós luta pela terra.

Alana – o que mais?

Alan – pelas manifestações, apesar de ser pequeno.

Alana – nós lutamos tanto quanto os mais velhos, né. Passamos as mesmas dificuldades

Esse trecho, aliás, ressalta a interação da líder do Coletivo com os demais, no sentido de provocar reflexões e a fala, especialmente dos “jovens mais jovens”. Essa tônica permeou o grupo focal, sendo a sua participação importante para a condução dos grupos.

Para Firmiano (2009), os jovens valorizam todo o esforço empreendido para conseguir chegar onde estão, tais como os constrangimentos e adversidade do período do acampamento, pois a terra significa para eles o encontro com a dignidade e com os valores que foram negados pela sociedade brasileira. Assim, por meio da terra conquistada, construirão projetos de vida com maior autonomia.

Por fim, a Identidade de Contraste indica as diferenças entre o espaço urbano e o rural. O assentamento foi considerado pelos jovens como um local tranquilo, seguro, no qual é possível ter uma alimentação saudável, posto que eles plantam sem agrotóxico. Trouxeram exemplos da rede de solidariedade e apoio que existem entre eles. Esse contraste ressaltado com a vida no espaço urbano reforça a identidade e vínculos com a terra, uma vez que as qualidades relatadas representam motivação para atuarem e permanecerem na terra. As falas a seguir são representativas deste tipo de identidade:

nós somos privilegiados, porque nós só moramos a 10 km da zona urbana, e nós mantemos essa tradição de um ajudar o outro. De um, dessa qualidade de vida aí, de um ta sempre preocupado com o outro. Se a gente vê fulano de tal com a casa fechada, a gente “meu Deus, será que ele ta doente, o que é que aconteceu?” Então, a gente tem informação aqui, por exemplo, celular, internet, (...) Eu acho que se for fazer com comparativo entre aqui e a cidade, não deixa nada a dever. Tem algumas coisas, questão de cultura. (Ulisses, 21 anos, GF3)

Foram bastante citadas pelos jovens como ponto positivo do modo de vida rural as relações comunitárias e de vizinhança estabelecidas entre eles, não somente dos jovens entre si, mas de todo o assentamento. Relataram que essas vivências dificilmente ocorrem nas cidades, devido à violência e ao ritmo de vida urbano. Podemos ressaltar que essa rede de relações atua como fator de promoção de bem-estar, de qualidade de vida e de proteção diante dos riscos sociais que podem ser confrontados.

Nesse sentido, é por meio da fronteira que as identidades são realçadas, de forma que o contraste assume importância na construção de categoria e dos grupos sociais de pertencimento. A diferença voltada para o grupo é percebida enquanto proteção e qualidade positiva. Já aquela voltada para fora do grupo é percebida de forma estereotipada. A socialização forneceria a simbolização para o sujeito orientar suas relações sociais, inclusive fora de seu grupo de pertencimento (Bonomo, Souza, Menandro, & Trindade, 2011).

Para Barbanti (2006), o retorno à terra envolve não somente a busca de emprego ou lugar de moradia, mas a identificação com determinado modo de vida e todas suas especificidades, como a não separação de moradia e trabalho, as horas dedicadas aos amigos ou parentes, a paisagem rural e ritmo de vida do campo, incluindo a autonomia do próprio tempo. Reforça o argumento ao fazer um contraponto com a cidade, tida como opressora, insegura e com ritmos de vida diferenciados, ocasionando problemas de adaptação.

A qualidade de vida no campo, a possibilidade de produção e o consumo de alimentos mais saudáveis, a vida comunitária, entre outros aspectos, são decisivos na construção dessa identidade. Diante disso, esses jovens sentem-se bem em estar vivendo num assentamento rural e com desejo de permanecerem lá e não (re)construirão suas vidas no espaço urbano, apontando para uma forte identificação e vinculação para com o lugar em que vivem, como destaca Siomara (13 anos, GF1): “*Hoje a gente tem a oportunidade de morar no campo e ter uma vida boa e não é só porque a gente está aqui no campo que a gente vai se mudar para a cidade porque lá tem emprego. Tudo isto a gente tem no quintal que a gente pode plantar*”. Dessa forma, destaca a possibilidade de desenvolvimento humano e social no próprio campo.

Conclusão

A construção das identidades juvenis relacionada ao assentamento rural pesquisado é complexa, pois se encontra estreitamente vinculada com a história tanto das transformações do meio rural quanto do próprio assentamento, que, neste caso, teve como início o próprio acampamento. De uma maneira geral, pode-se dizer que o contexto sócio-histórico atua não somente na conformação do espaço, mas também na própria produção das identidades, num processo dialético. Não se podem compreender, nessa perspectiva, as identidades rurais dissociadas das condições concretas de existência, objetivas ou subjetivas.

As transformações que têm passado o meio rural e as representações construídas em torno da dicotomia cidade e campo são vetores importantes nesse processo. Se antes o campo era considerado como um espaço atrasado e ruim de se viver, começa a ser valorizado a partir de suas características peculiares, em contraposição aos problemas enfrentados pelas cidades, especialmente os grandes centros urbanos. Quanto mais a questão social tem aumentado a vulnerabilidade e os riscos sociais dos moradores da cidade, mais o campo é visto como um lugar bom de se viver, fortalecendo a identidade de seus moradores, tal como colocado na categoria da identidade de contraste.

No entanto, isso não quer dizer que o rural não possa ser compreendido como sinônimo de agrário pela juventude rural, mesmo num assentamento organizado pelo MST, que tem como uma de suas bandeiras de luta o desenvolvimento de agroindústria como estratégia de fixação dos jovens no campo. Apesar da inserção de pequenas indústrias e serviços no campo, a ideia tradicional ainda conforma uma identidade homogênea.

Sob a particularidade de um projeto de assentamento podemos mencionar os benefícios que podem ser acessados pelas políticas públicas, como a construção da agrovila, com casas de alvenaria com água e energia elétrica. Além disso, participam de projetos produtivos, mesmo na condição de filho de assentados, como também melhoria da educação e saúde. Todos os jovens entrevistados estão matriculados na escola ou já tinham concluído determinado nível de escolaridade. Alguns tiveram formação superior em decorrência do fato de serem assentados. E por meio de sua organização, estão lutando com o objetivo de construção de uma unidade básica de saúde dentro do próprio assentamento. A singularidade de estarem assentados numa terra delimitada pelo Estado atua na construção de uma identidade enriquecida dos jovens.

Nesse sentido, podemos dizer que as atividades comunitárias realizadas pelos moradores possibilitaram a edificação de construções, que modificam o espaço em que vivem, promovendo bem-estar. Com efeito, aumenta a identidade dos assentados para com o próprio assentamento em que vivem, como também se intensificam os vínculos, de forma que terão a tendência de permanecer na terra conquistada e trabalhada.

É muito importante destacar também a relação entre a forma de acesso à terra e a identidade construída a partir desse processo. Os “jovens” pesquisados ressaltaram que se percebem como lutadores e valorizam o assentamento como produto de uma luta. Já os “jovens mais jovens” não têm essa identidade muito forte, de forma que a vinculação para com o meio rural ocorreu com o processo de escolarização dentro da pedagogia da educação do campo. Se ambos os processos não ocorressesem, eles poderiam ter uma identificação mais forte com a cidade, tal como é comum ocorrer entre filhos de posseiros e meeiros assentados.

Por fim, como se trata de um cenário novo para a psicologia, é importante que sejam realizados mais estudos sobre a juventude rural, capazes de disponibilizarem subsídios para a elaboração de Políticas Públicas, as quais contemplam os interesses dos atores envolvidos. Acredita-se, por exemplo, que reconhecer os fatores que atuam na construção da identidade ou vínculos para com o espaço em que vivem pode fornecer novas soluções diante dos dilemas enfrentados pelos jovens rurais.

Nota

1. Este artigo é parte da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente defendida na Universidade Federal do Piauí em 2014, intitulada

“Apropriação do espaço e a questão da sustentabilidade socioambiental: estudo do assentamento rural Vale da Esperança, em Teresina-PI”.

Referências

- Albuquerque, F. J. B. (2002). Psicologia Social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 37-42.
- Albuquerque, F. J. B., Coelho, J. A. P. M., & Vasconcelos, T. C. (2004). As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 81-88.
- Alvaides, N. K. & Scopinho, R. A. (2013). De sem-terra a Sem-Terra: memórias e identidades. *Psicología & Sociedad*, 25(2), 288-297.
- Barbanti, S. (2006). *Retorno à terra: como elo afetivo e meio de sobrevivência nos assentamentos rurais*. São Paulo: Musa Editora/FAPESP.
- Bardin, L. (1991). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bonomo, M., Souza, L., Menandro, M. C., & Trindade, Z. A. (2011). Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(4), 676-689.
- Castro, E. G. (2005). O paradoxo “ficar” e “sair”: caminhos para o debate sobre juventude rural. In V. L. S. B. Ferrante & O. Aly (Orgs.), *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*, pp. 321-349. São Paulo: INCRA, ABRA, UNIARA.
- Castro, E. G. (2009). Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales: Niñez y Juventud*, 7(1) 179-208.
- Castro, E. G., Martins, M., Almeida, S. L. F., Rodrigues, M. E. B., & Carvalho, J. G. (2009). *Os jovens estão indo embora? A juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica, EDUR.
- Cavalcante, S. & Elias, T. F. (2011). Apropriação. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em Psicología Ambiental* (pp.63-69). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ciampa, A. C. (2004). Identidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2013). *Referências Técnicas para Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra*. Brasília, DF: Autor.
- Duarte, A. P. & Lima, M. L. (2005). Análise dos conteúdos da identidade associada ao lugar. *Psicología*. Lisboa, 19(1), 193-226.
- Falkembach, E. M. (2006). *Socialização e individuação: MST, uma estilística da resistência* (Coleção Fronteiras da Educação). Ijuí, RS: Unijuí.
- Fernandes, B. M. (2003). Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Curriculum sem Fronteiras*, 3(1), 11-27.
- Firmiano, F. D. (2009). *A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP)*. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica.
- Furlani, D. D. & Bonfim, Z. A. C. (2010). Juventude e afetividade e: tecendo projetos de vida pelos mapas afetivos. *Psicología & Sociedad*, 22(1), 50-59.
- Jurado, C. & Tobasura, I. (2012). Dilema de la juventud en territorios rurales de Colombia: ¿campo o ciudad? *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales: Niñez y Juventud*, 10(1), 63-77.
- Leite, J. F. & Dimenstein, M. (2006). Subjetividade em movimento: o MST no Rio Grande do Norte. *Psicología & Sociedad*, 18(1), 21-30.
- Lopes, J. R. (2007). A questão social da terra como desafio para a Psicologia. *Psicología en Estudio*, Maringá, 12(3), 583-592.
- Mourão, R. T. & Cavalcante, S. (2011). Identidade de lugar. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas básicos em Psicología Ambiental* (pp. 208-216). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Oliveira, O. & Prado, M. A. M. (2013). A categoria juventude em contextos rurais: o dilema da migração. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicología e contextos rurais*. (pp. 57-88). Natal: EDUFRN.
- Pol, E. & Vidal, T. (2005). La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. *Anuario de Psicología*, 36(3), 281-297.
- Sales, C. M. V. (2006). *Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- Sauer, S. (2005). O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In C. G. França & G. Spavorek (Coords.), *Assentamentos em debate* (pp. 57-74). Brasília, DF: NEAD.
- Silva, M. A. M (2005). Terra: fonte de desenvolvimento como liberdade. In C. G. França & G. Spavorek (Coords.), *Assentamentos em debate* (pp. 295-318). Brasília, DF: NEAD.
- Silvestro, M. L., Abramovay, R., Mello, M. A., Dorigon, C., & Baldissera, I. T. (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Stedile, J. P. & Fernandes, B. M. (2012). *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.
- Vidal, T., Pol, E., Guàrdia, J., & Peró, M. (2004). Um modelo de apropiación del espacio mediante ecuaciones estructurales. *Medio Ambiente y Comportamiento Humano*, 5(1), 27-52.

Submissão em: 26/01/2016

Revisão em: 07/02/2017

Aceite em: 11/03/2017

Agência de fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Bolsa de mestrado do primeiro autor.

Leandro Gomes Reis Lopes é mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí - UFPI e doutorando do Programa de Políticas Públicas pela UFPI. Atua como psicólogo no Centro de Referência da Assistência Social de Teresina. Endereço: UFPI/CCHL/PPGPP. Campus Universitário Ministro Petrônio Portella. Ininga. Teresina/PI, Brasil. CEP 64.049-550
E-mail: leandrogrlopes@gmail.com

Denis Barros de Carvalho é doutor em Psicologia Social (2007) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professor dos seguintes programas de pós-graduação: Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Mestrado profissional em Gestão Pública e Mestrado em Psicologia, todos pertencentes à Universidade Federal do Piauí.

E-mail: denispsi@bol.com.br